



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 35/XII/2.^a SL

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas;

2. Admissão e distribuição de petições;

**3. Apreciação e votação do parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2011;
Relatora - Deputada Cecília Honório (BE)**

4. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 116/XII/2.^a (GOV) - " Estabelece os princípios gerais aplicáveis à mediação realizada em Portugal, bem como os regimes jurídicos da mediação civil e comercial, dos mediadores e da mediação pública";

5. Ratificação das votações indiciárias na especialidade da Proposta de Lei n.º 84/XII/1.^a (GOV) - "Cria o Tribunal Arbitral do Desporto (TAD), com competência específica para administrar a justiça relativamente a litígios que relevam do ordenamento jurídico desportivo ou relacionados com a prática do desporto, e aprova a lei do TAD" e Projeto de Lei n.º 236/XII/1.^a (PS) - "Cria o Tribunal Arbitral do Desporto";

6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;

7. Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente sobre:

**COM(2011)561 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Governação Schengen - reforçar o espaço sem controlos nas fronteiras internas;
Relatora - Deputada Isabel Oneto (PS)**

**COM(2011)907 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Relatório intercalar sobre o desenvolvimento do sistema de informação de Schengen de segunda geração (SIS II) - Janeiro de 2011 - Junho de 2011;
Relatora - Deputada Isabel Oneto (PS)**

**COM(2011)713 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Avaliação estatística da criminalidade na UE: Plano de Ação estatístico 2011-2015;
Relatora - Deputada Isabel Oneto (PS)**



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 35/XII/2.^a SL

COM(2012)732 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a execução da Decisão 2008/615/JAI do Conselho, de 23 de Junho de 2008, relativa ao aprofundamento da cooperação transfronteiras, em particular no domínio da luta contra o terrorismo e a criminalidade transfronteiras («Decisão Prüm»);

Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD)

8. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas a distribuir, foi admitida por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do PEV, a [petição n.º 242/XII/2.^a – Contra o abate do pitbull “Zico” e de todos os outros “Zicos”](#), tendo sido designada sua relatora a Senhora Deputada Isabel Moreira (PS).

Passando ao ponto seguinte da ordem do dia, a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) apresentou o parecer relativo à Conta Geral do Estado de 2011, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do CDS-PP, depois de o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) ter elogiado a objetividade do documento.

Passou-se, então, à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 116/XII/2.^a (GOV) - "*Estabelece os princípios gerais aplicáveis à mediação realizada em Portugal, bem como os regimes jurídicos da mediação civil e comercial, dos mediadores e da mediação pública*".

Da discussão, na qual participaram os Senhores Deputados João Lobo (PSD), Ricardo Rodrigues (PS), João Oliveira (PCP), Teresa Anjinho (CDS/PP) e Cecília Honório (BE), resultou o seguinte:

➤ Propostas de alteração:

- ❖ **Artigo 5.º** - Proposta de substituição do n.º 3 (**apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE**) - **aprovada por unanimidade**; Proposta de substituição do n.º 4 (**apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP**) – **aprovada por unanimidade**;



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 35/XII/2.^a SL

- ❖ **Artigo 10.º** - Proposta de eliminação da alínea d) do n.º 2 (**apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP**) – **aprovada**, com votos a favor do PSD, do PS e do PCP e a abstenção do BE; proposta de substituição da alínea d) do n.º 2 (**apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE**) – **prejudicada** pela aprovação da proposta de eliminação;
- ❖ **Artigo 11.º** - Proposta de aditamento de um n.º 3 (**apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS**) – votos contra do PSD e votos a favor do PS, do PCP e do BE; Proposta de aditamento de um n.º 3 – de sentido idêntico à anterior (**apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE**) - **prejudicada** pela votação anterior;
- ❖ **Artigo 13.º** - Proposta de emenda do n.º 1 e de substituição dos n.ºs 3 e 5 (**apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP**) – **aprovada por unanimidade**;
- ❖ **Artigo 14.º** - Proposta de substituição do n.º 3 (**apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS**) – **aprovada por unanimidade**;
- ❖ **Artigo 26.º-A** - Proposta de aditamento do artigo (**apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS**) – votos contra do PSD e votos a favor do PS, do PCP e do BE;
- ❖ **Artigo 44.º** - Proposta de substituição do n.º 2 (**apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS**) – votos contra do PSD e votos a favor do PS, do PCP e do BE;
- ❖ **Artigo 46.º** - Proposta de substituição (**apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE**) – **rejeitada**, com votos contra do PSD e do PS e votos a favor do PCP e do BE;
- ❖ **Artigo 47.º-A** - Proposta de aditamento do artigo (**apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS**) – **aprovado**, com votos a favor do PS e do BE e abstenções do PSD e do PCP (sendo renumerado como artigo 48.º e implicando a renumeração dos artigos subsequentes).

➤ **Foi ainda deliberado por unanimidade introduzir os seguintes aperfeiçoamentos de redação no texto:**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 35/XII/2.^a SL

- ❖ No n.º 3 do artigo 9.º - inclusão de uma vírgula a seguir à expressão “*divulgação da mesma*” e antes da expressão “*são definidos por*”;
- ❖ No n.º 4 do artigo 9.º - substituição da partícula “e” (a seguir a “n.º 1” e antes de “*se o ordenamento*”) por uma vírgula;
- ❖ No n.º 5 do artigo 13.º - substituição do termo “*decorrida*” por “*decorrido*”;
- ❖ No n.º 5 do artigo 14.º - inclusão de uma vírgula a seguir à expressão “*às partes*” e antes da expressão “*podendo estas*”; e
- ❖ No artigo 47.º - substituição do plural - “*aplicam-se*” - pelo singular - “*aplica-se*”.

Restante articulado:

- ❖ **Artigos 1.º a 41.º – aprovados**, com votos a favor do PSD e abstenções do PS, PCP e BE;
- ❖ **Artigo 42.º - aprovado**, com votos a favor do PSD, votos contra do PCP e do BE e a abstenção do PS;
- ❖ **Artigos 43.º a 45.º – aprovados**, com votos a favor do PSD e abstenções do PS, PCP e BE;
- ❖ **Artigo 46.º - aprovado**, com votos a favor do PSD, votos contra do PCP e do BE e a abstenção do PS;
- ❖ **Artigos 47.º a 49.º** (passando o artigo 48.º a 49.º e o artigo 49.º a 50.º, em resultado da renumeração decorrente do aditamento de um artigo 47.º-A) - **aprovados**, com votos a favor do PSD e abstenções do PS, PCP e BE.

No final da discussão, a Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP) salientou que algumas das alterações ora aprovadas poderiam carecer de maior ponderação, razão pela qual a Comissão concordou em proceder à ratificação das mesmas na reunião subsequente.

Tendo sido adiado o ponto 5 e não havendo relatórios finais de petições a apreciar, usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), que recordou que, depois de ter sido designada relatora da COM (2011) 561 - *Comunicação da Comissão ao*



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 35/XII/2.^a SL

Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Governação Schengen - reforçar o espaço sem controlos nas fronteiras internas, foi a Assembleia da República chamada a acompanhar o mesmo tema através do escrutínio de uma iniciativa europeia (e já não de uma comunicação), razão pela qual considerou que a elaboração de relatório sobre este documento teria perdido oportunidade.

A Comissão considerou, então, não escrutinar o documento em causa.

Ainda no mesmo ponto, usou da palavra a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS), que apresentou os relatórios da COM(2011)907 - *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Relatório intercalar sobre o desenvolvimento do sistema de informação de Schengen de segunda geração (SIS II) - Janeiro de 2011 - Junho de 2011* e da COM(2011)713 - *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Avaliação estatística da criminalidade na UE: Plano de Ação estatístico 2011-2015*, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Usou ainda da palavra a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD), que apresentou o relatório da COM(2012)732 - *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a execução da Decisão 2008/615/JAI do Conselho, de 23 de Junho de 2008, relativa ao aprofundamento da cooperação transfronteiras, em particular no domínio da luta contra o terrorismo e a criminalidade transfronteiras («Decisão Prüm»)* – a propósito do qual intervieram os Senhores Deputados Luís Pita Ameixa (PS) e Carlos Peixoto (PSD) – que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No último ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente, a propósito de um artigo de opinião da autoria do Dr. Francisco Teixeira da Mota em que referia propostas feitas pelo Grupo de Estados Contra a Corrupção (GRECO) ao Governo e por este reencaminhadas à Assembleia da República e – não tendo conseguido encontrar tais propostas no *site* do Governo nem no da Assembleia da República – criticava a opacidade dos canais institucionais, lembrou os Senhores Deputados de que a



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 35/XII/2.^a SL

Senhora Presidente da Assembleia da República, tendo recebido as referidas propostas, as enviou à Comissão e que o Senhor Presidente imediatamente as distribuiu a todos os membros e, em particular, ao Grupo de Trabalho que então debatia e apreciava as iniciativas de alteração das leis penais, no âmbito das quais as propostas se inseriam.

Ainda neste ponto da ordem do dia, mas a propósito da alteração de um decreto da Assembleia da República pela Imprensa Nacional Casa da Moeda em 2005 divulgada amplamente pela comunicação social, o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) chamou a atenção para que uma instituição que tem um papel instrumental no processo legislativo não pode efetuar tais alterações aos textos aprovados por um órgão de soberania.

A este propósito, o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) salientou que, sendo pública a troca de correspondência entre a Senhora Presidente da Assembleia da República e a Presidência da República sobre este tema, haveria toda a conveniência em transmitir aos Deputados desta Comissão o resultado da troca de informações, para que, assim, pudessem opinar, tirar conclusões e tomar as iniciativas necessárias.

O Senhor Presidente informou a Comissão de que suscitaria esta questão em próxima reunião da Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares, comprometendo-se a transmitir à Comissão o que dali resultar.

Finalmente, ainda no ponto relativo a outros assuntos, a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) chamou a atenção da Comissão para o facto de, com a aplicação do Acordo Ortográfico, haver leis e Códigos que, no mesmo artigo, contêm o mesmo termo escrito de formas diversas. Não apontando uma solução definitiva, suscitou a possibilidade de se proceder à republicação dos Códigos e leis que vão sendo alterados, por forma a adotarem integralmente a nova ortografia.

A este propósito, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) recordou que a Comissão de Educação, Ciência e Cultura constituiu um Grupo de Trabalho com o objetivo de



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 35/XII/2.^a SL

estudar estas questões, pelo que – sugeriu – seria aconselhável esperar pelas conclusões dos seus trabalhos antes de avançar para qualquer solução, o que mereceu acolhimento da Comissão.

A reunião, que foi integralmente gravada em [áudio](#), foi encerrada às 10:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 de fevereiro de 2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 06-03-2013



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 35/XII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Ricardo Rodrigues
Teresa Anjinho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Paulo Simões Ribeiro
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira